

APRIMORAMENTO DE INDICADORES SOCIAIS: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SIMPLIFICADO E AJUSTADO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

Mariana Recalde Ferreira¹

Orivaldo Nunes Junior²

Este artigo discute a importância do Grupo dos Vinte (G20) na resolução de desafios globais, com foco na justiça social, na crise climática e nas comunidades indígenas. Propõe-se a criação de um Índice de Desenvolvimento Humano simplificado que passe a ser utilizado em escala global (G20) para comunidades indígenas não urbanas, considerando suas particularidades e sua relevância na captura de carbono. Destaca-se a necessidade de políticas públicas sensíveis e inclusivas. O G20 é fundamental para orientar políticas econômicas globais menos desigualitárias e ambientalmente nocivas, contribuindo para o fim da crise climática e a justiça social.

Palavras-chave: G20; crise climática; comunidades indígenas; índices de desenvolvimento humano; políticas públicas.

ENHANCEMENT OF SOCIAL INDICATORS: SIMPLIFIED HUMAN DEVELOPMENT INDEX ADJUSTED FOR INDIGENOUS COMMUNITIES

The article discusses the importance of the Group of Twenty (G20) in addressing global challenges, focusing on social justice, the climate crisis, and indigenous communities. It proposes the creation of a simplified Human Development Index to be used globally (G20) for non-urban indigenous communities, considering their particularities and their relevance in carbon capture. Emphasis is placed on the need for sensitive and inclusive public policies. The G20 is crucial in guiding global economic policies that are less unequal and environmentally harmful, contributing to the end of the climate crisis and social justice.

Keywords: G20; climate crisis; indigenous communities; human development indices; public policies.

MEJORA DE INDICADORES SOCIALES: ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO SIMPLIFICADO Y AJUSTADO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

El artículo discute la importancia del Grupo de los Veinte (G20) en la resolución de desafíos globales, con un enfoque en la justicia social, la crisis climática y las comunidades indígenas. Se propone la creación de un Índice de Desarrollo Humano simplificado que se utilice a nivel global (G20) para comunidades indígenas no urbanas, considerando sus particularidades y su importancia en la captura de carbono. Se destaca la necesidad de políticas públicas sensibles e

1. Indigenista consultora em iniciativas territoriais para o desenvolvimento comunitário; e bacharela em ciências econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8795-4170>. E-mail: mariana.recaler@gmail.com.

2. Indigenista; bacharel em filosofia pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e mestre em educação e comunicação pelo Centro de Ciências da Educação (CED), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutor em planejamento territorial pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan/Udesc); e pós-doutorado em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/Ufam). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6200-5603>. E-mail: nunonunes3@gmail.com.

inclusivas. El G20 es fundamental para orientar políticas económicas globales menos desiguales y perjudiciales para el medio ambiente, contribuyendo al fin de la crisis climática y la justicia social.

Palabras clave: G20; crisis climática; comunidades indígenas; índices de desarrollo humano; políticas públicas.

JEL: Y80; J15; J18; B4.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/rtm34art15>

Data de envio do artigo: 15/7/2024. Data de aceite: 30/9/2024.

1 INTRODUÇÃO: O G20 NA VANGUARDA DAS SOLUÇÕES PARA OS DESAFIOS GLOBAIS

O Grupo dos Vinte (G20) é formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais de dezenove países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e dois órgãos regionais (União Africana e União Europeia). Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990. O objetivo principal do G20 é reunir regularmente as mais importantes economias industrializadas e emergentes para discutir questões-chave da economia global e de importância sistêmica.

Os seus membros representam 85% do produto interno bruto (PIB) global, 75% do comércio internacional e dois terços da população mundial e têm cada vez mais se firmado à frente dos desafios globais em questões financeiras, alcançando sucesso em coordenar políticas monetárias e fiscais. Exemplo disso é a crise de 2008, momento em que as nações concordaram em gastar medidas no valor de US\$ 4 trilhões para reavivar suas economias, rejeitaram barreiras comerciais e implementaram reformas de longo alcance do sistema financeiro, assim como durante a pandemia (Goodbye..., 2008; McBride, Siripurapu e Berman, 2023; Kenc, 2015),³ sendo o segundo momento na história mais recente em que o mundo precisou de uma ação coordenada para enfrentar os desafios comuns.

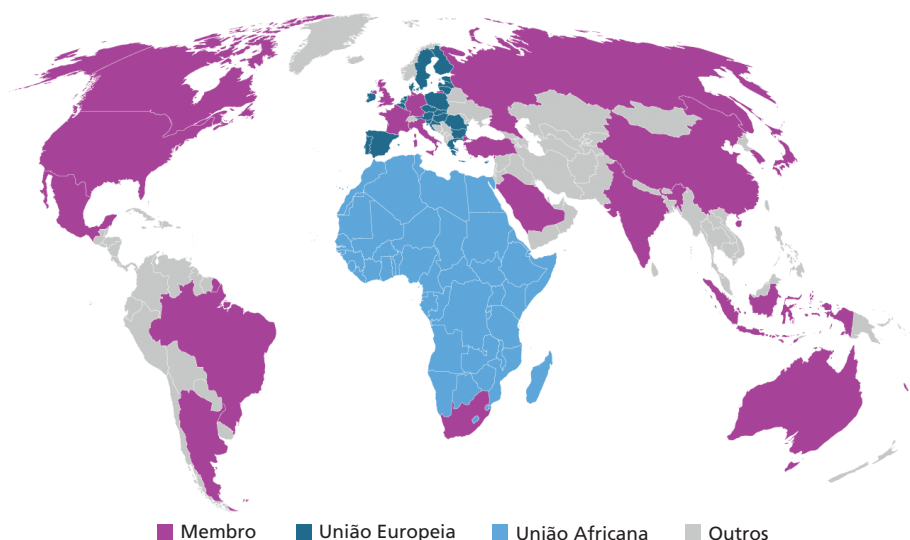
Agora não é diferente, mais uma vez o mundo precisa de uma ação coordenada conjunta para enfrentar a crise climática, e o G20 tem a capacidade de mediar o que precisamos que seja feito enquanto sociedade global.

Dito isso, para enfrentar os desafios da mudança climática global precisamos ter parâmetros globais de compreensão sobre quem são os atores envolvidos e como eles se comportam. Quando pensamos nos indicadores globais para a compreensão do meio ambiente, medição de sequestro de carbono e impacto das/nas comunidades da floresta vemos que eles ainda são muito heterogêneos, o que dificulta a

3. Disponível em: <https://www.global-solutions-initiative.org/global-table/the-g20-in-time-of-pandemic/>. Acesso em: 1º jul. 2024.

compreensão da realidade para uma ação conjunta eficiente. Ainda que as estatísticas sejam uma fotografia que nos ajude a compreender a realidade, sabe-se que jamais uma estatística poderá simplificar em números exatos a complexidade das interações humanas, ainda mais quando consideramos o meio ambiente. Entretanto, precisamos minimamente considerar parâmetros essenciais para entender a realidade que nos cerca e qual é a relevância e comportamento destes parâmetros para a análise.

FIGURA 1
Países-membros do G20



Fonte: Nexo. Disponível em: <https://nexo-uploads-beta.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/images/2024/02/20165419/Extra-paises-g20-2024.png>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Quando pensamos em comunidades indígenas e na proteção ambiental, a discrepância das informações entre países e territórios é ainda maior, o que tem afetado a gestão de políticas econômicas e sociais que ajudem a sociedade a enfrentar os problemas do aquecimento global. Não é fato novo na ciência e nos governos a emergência climática e não é fato novo para nenhum especialista em crise climática a importância das áreas indígenas e dos seus saberes na reversão do processo em que nos encontramos.

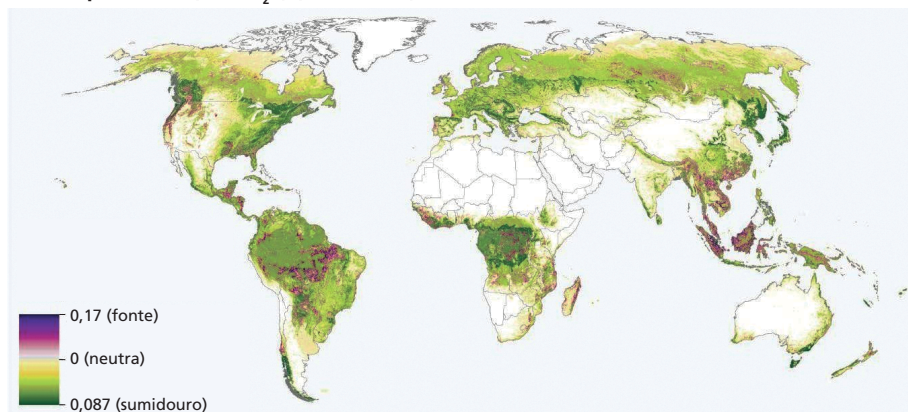
Apresentando sucintamente alguns números, segundo dados do Banco Mundial, os povos indígenas correspondem a 6% da população global, totalizando cerca de 370 milhões em todo o mundo em mais de noventa países (Partnering..., 2016) que detêm 78% da biodiversidade do planeta. Esta biodiversidade é a grande responsável pelo sequestro de carbono existente no planeta,

que só existe devido ao modo de vida desses povos. Sendo assim, cada vez mais os especialistas e cientistas têm se apoiado no conceito de floresta antropogênica.

As florestas são importantes sumidouros de carbono globalmente, com estudos mostrando que as florestas geridas por povos indígenas na Amazônia capturaram 340 milhões de toneladas de CO₂ entre 2001 e 2021, o equivalente às emissões anuais do Reino Unido, e cerca de 27% das florestas que atuam como sumidouros de carbono estão em áreas protegidas (Harris e Gibbs, 2021).

FIGURA 2

Mapa global de florestas como sumidouros ou fontes de carbono: fluxos líquidos de gases de efeito estufa em milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (Mt CO₂e) (2001-2019)



Fonte: Harris e Gibbs (2021).

O Brasil, ainda que aquém do ideal, tem estado ao longo de décadas na vanguarda das discussões ambientais e tem sido um mediador de conflitos. A oportunidade de receber o G20 em um ano que antecede a Conferência das Partes (COP) no país é um momento propício para avançarmos no entendimento e na proposição de soluções. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o G20 no Brasil tem a “responsabilidade de liderar discussões e promover a colaboração em vários temas como desenvolvimento sustentável, comércio, mudanças climáticas e o combate à corrupção” (Ações..., 2024).

Portanto, dentro das suas competências, o G20 tem condições de propor e aprimorar políticas e instrumentos, inclusive um indicador, por exemplo, um indicador de *performance* econômica ou social, que poderia ser utilizado para medir o progresso e o desempenho das economias-membros do grupo. Ter um índice comum como o PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou a Renda Nacional Bruta (RNB) para compreender a vida na floresta e como ela é afetada pelas iniciativas do progresso urbano responde a questões como as destacadas a seguir.

- Como o G20 pode ajudar a reformar as instituições multilaterais para garantir sua eficácia e representatividade?
- Que ações conjuntas os membros do G20 podem realizar para reduzir as desigualdades, a pobreza e a fome em nível global?
- Como o G20 pode garantir uma abordagem coordenada para os desafios globais, como a mudança climática, energia e conservação da biodiversidade?
- Como o G20 pode ajudar a financiar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030?

Essas perguntas podem ser respondidas pela execução de indicadores comuns que consigam traduzir de modo simples as especificidades das relações sociais na/com a floresta e que orientem as políticas econômicas, sociais e ambientais. Assim, este trabalho procura aportar neste debate com um objetivo geral e três objetivos específicos. De modo geral, propõe-se explorar o cálculo de um IDH simplificado, especificamente adaptado para comunidades indígenas, integrando indicadores relevantes de bem-estar e qualidade de vida. O intuito é superar as limitações dos indicadores existentes, que geralmente são específicos por biomas ou povos, promovendo uma avaliação mais abrangente das condições de vida dessas populações e alcançando uma compreensão mais profunda das realidades enfrentadas pelas comunidades indígenas.

No que se refere aos objetivos específicos deste estudo, estes englobam: i) revisar as metodologias utilizadas no presente para calcular a qualidade de vida das comunidades indígenas não urbanas; ii) identificar os indicadores-chave que melhor compõem o IDH simplificado para a comunidade indígena, baseando-se na literatura especializada e nas práticas culturais locais; e iii) simular cálculo de indicador e analisar dados.

Quanto ao problema abordado, a linha histórica teórica sobre o desenvolvimento humano das comunidades indígenas da floresta requer uma análise contextualizada que considere fatores históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Mudanças nos sistemas produtivos e sociais externos afetam as dinâmicas internas das comunidades, refletindo transformações sociais desde 1500. A compreensão ocidental do ser humano, da qualidade de vida e da importância da natureza evoluiu ao longo do tempo, passando de uma perspectiva eugenista para um reconhecimento dos direitos universais do ser humano, incluindo mais recentemente os direitos da natureza, sendo cada vez mais essencial respeitar as práticas culturais e ambientais ao formular políticas de desenvolvimento. Compreender esse contexto histórico é crucial para fomentar um diálogo que inclua as comunidades indígenas na elaboração de políticas sustentáveis.

Sendo assim, diante das complexas questões socioeconômicas, culturais e ambientais enfrentadas pelas comunidades indígenas da floresta, faz-se necessário investigar e compreender as condições de vida e o nível de desenvolvimento humano dessas populações. Dada a importância da diversidade cultural e da autodeterminação dos povos indígenas (Barros, 2020; Nações Unidas, 2008), este estudo buscará responder às seguintes questões centrais: Qual é o nível de desenvolvimento humano de uma comunidade indígena da floresta? Como podemos avaliar e mensurar esse índice de forma simplificada, considerando as particularidades e desafios dessas populações?

As respostas a essas indagações não apenas contribuirão para ampliar o conhecimento sobre o desenvolvimento humano em contextos indígenas mas também poderão embasar a formulação de ações e políticas econômicas e sociais que promovam a inclusão, a sustentabilidade e o respeito à diversidade. A integração de saberes acadêmicos, práticas tradicionais e perspectivas participativas se mostra essencial para o sucesso deste estudo e para a construção de um diálogo intercultural efetivo.

Os estudos que têm se dedicado a mensurar o desenvolvimento humano em comunidades indígenas destacam a importância de considerar as especificidades culturais, sociais e ambientais dessas populações na elaboração de indicadores e no cálculo do IDH. Segundo Gorovitz (2019), a abordagem do desenvolvimento humano em contextos indígenas requer uma visão holística e participativa, que leve em consideração os conhecimentos tradicionais e as práticas sustentáveis dessas comunidades.

2 JUSTIFICATIVA

Fabiana del Popolo, na obra *Los Pueblos Indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad*, nos alerta que

nesse contexto, o conceito de “*buen vivir*” ou “viver bem” interpela a noção e a prática do desenvolvimento entendidas como políticas de modernização e de erradicação da pobreza e da fome. É uma nova abordagem do desenvolvimento como discurso e como prática sobre cenários futuros de convivência, através da qual os povos indígenas têm posicionado sua vivência, atitude e ideal de vida como um modelo para o restante da sociedade. Nos últimos anos, essa concepção inovadora foi incluída em duas constituições: a da Bolívia (Estado Plurinacional) e a do Equador, assim como em respectivos planos de desenvolvimento (Popolo, 2017, p. 464, tradução nossa).⁴

4. “En este marco, el concepto del “*buen vivir*” o “*vivir bien*” interpela la noción y la práctica del desarrollo entendidas como políticas de modernización y de erradicación de la pobreza y el hambre. Es un nuevo enfoque del desarrollo como discurso y como práctica sobre escenarios futuros de convivencia, a través del cual los pueblos indígenas han posicionado su vivencia, actitud e ideal de vida como un modelo para el resto de la sociedad. En los últimos años esta concepción innovadora se incluyó en dos constituciones: la de Bolivia (Estado Plurinacional de) y la del Ecuador, así como en sendos planes de desarrollo.”

Há algum tempo, as mais diversas organizações têm se deparado com o desafio da utilização de indicadores que abrangem elementos homogêneos aos diversos povos indígenas e que são fundamentais para compreender a qualidade de vida nas florestas e de povos que vivem mais integrados à natureza e, portanto, em boa medida, não atendem ao padrão do modo de vida cidadão. Compreender os parâmetros que possibilitem a compreensão de um fio condutor mínimo entre esses modos de vida auxilia na garantia de direitos fundamentais, respeito à cultura diversa e direitos territoriais a esses povos historicamente marginalizados e violentados.

A justificativa para o desenvolvimento e a aplicação desses indicadores pode ser embasada em diversos aspectos, que destacam a importância e a relevância dessa abordagem, conforme exposto a seguir.

- 1) Reconhecimento da diversidade cultural e da vulnerabilidade dessas comunidades: as comunidades indígenas possuem culturas, modos de vida e sistemas de conhecimento únicos, que muitas vezes são desconsiderados ou negligenciados nas políticas públicas e nas ações de desenvolvimento. A criação de indicadores específicos permite considerar a diversidade cultural e as necessidades específicas desses povos, promovendo a equidade e a justiça social. A aplicação do tradicional IDH aponta para uma qualidade inferior desse índice para esses povos, o que nos leva a questionar se este número é de fato uma fotografia da realidade ou uma distorção dela.
- 2) Enfoque nos determinantes sociais e ambientais da saúde: a qualidade de vida e do espaço das comunidades indígenas na floresta está intrinsecamente relacionada aos determinantes sociais, econômicos, ambientais e culturais que influenciam a saúde e o bem-estar desses povos. A criação de indicadores permite identificar e monitorar esses determinantes, subsidiando ações intersetoriais e holísticas de promoção da saúde e da qualidade de vida.
- 3) Necessidade de dados contextualizados e culturalmente sensíveis: os indicadores tradicionais de desenvolvimento nem sempre capturam a realidade e as prioridades das comunidades indígenas e com frequência trazem uma abordagem de fora das comunidades, podendo gerar distorções e subestimar as necessidades específicas desses povos. A criação de indicadores culturalmente sensíveis e contextualizados permite uma avaliação mais precisa e abrangente da qualidade de vida e do espaço das comunidades indígenas, favorecendo a formulação de políticas mais efetivas e inclusivas.

Um exemplo disso é o fator da renda *per capita*. Muitas dessas comunidades não têm uma vida material facilmente monetizada em unidades monetárias nos padrões urbanos. O que nos contextos urbanos é facilmente analisado, como a renda, entre os povos indígenas da floresta não necessariamente o será. Ou seja, pensar em renda

per capita pode gerar uma enorme distorção e, em alguns casos, uma noção de empobrecimento em meio à real prosperidade. Os impactos dessa distorção também são perigosos uma vez que isso pode fundamentar políticas assimilacionistas em contextos adversos e de enorme disputa por recursos naturais em que muitas comunidades indígenas estão inseridas, justificando intervenções desnecessárias em grupos que podem estar em condições de vida material equilibradas.

Seguindo a reflexão sobre a contextualização dos dados, conforme dito por Marcos Terena, a terra é o elemento central que assegura a produção do modo de vida material conhecido por muitas comunidades. Assim sendo, a melhor forma de traduzir a qualidade da vida material, o que no IDH é feito pela renda medida em unidades monetárias disponíveis para os indivíduos, em algumas comunidades indígenas será considerando a posse da terra e as condições desta.

Apresentar este ponto é apenas um exemplo para desafiar o eleitor a refletir sobre as diferentes formas de viver e as repercussões que as distorções estatísticas podem gerar na prática. É uma chamada para uma reflexão para além do que já está posto nos agrupamentos humanos urbanos, que produz o conhecimento científico dominante e que baliza as estatísticas que orientam as políticas econômicas e sociais, em que toda a vida material já é mais facilmente mensurada em unidades monetárias. Destaca-se que jamais se pretende com este exemplo justificar a não utilização de recursos financeiros ou menosprezar a importância destes para as pessoas indígenas que não moram em cidades. Cada povo e território é dotado de especificidades e compreendê-las não deve limitar a construção de estatísticas que traduzem realidades sobre parâmetros uniformes.

Voltando às reflexões sobre a análise da qualidade de vida material de certos povos, fazê-la apenas pela contagem das unidades monetárias pode gerar uma falsa ideia de escassez em meio à abundante riqueza. Muitas vezes há uma limitação das economias centrais (centralizadoras) ou dos tomadores de decisões em compreender além de seus próprios paradigmas produtivos. Ou, quem sabe, até por um ímpeto narcísico, considerar que há um paradoxo de pobreza em meio à riqueza abundante nos agrupamentos humanos abastados de insumos produtivos para as sociedades das máquinas urbanas é também um argumento para a alienação histórica em fluxos globais de exploração e riqueza que priorizam países em detrimento de outros, como muito bem nos mostra o relatório do IDH (Conceição *et al.*, 2019).

A falsa ideia de escassez em meio à abundante riqueza quanto às condições de vida material também expõe as comunidades que vivem em maior integração com a natureza ao racismo e políticas assimilacionistas. O olhar ajustado e simplificado do desenvolvimento humano que está sendo proposto neste trabalho é contextualizar a base de dados que gera a informação. É considerar a mensuração da qualidade de vida da forma que ela é para as pessoas a partir de seus contextos, sem perder a uniformidade de parâmetros necessários para compreender a realidade das condições de vida das pessoas. Nas seções posteriores, abordaremos com profundidade a contextualização dos dados para o IDH indígena.

O mundo científico, hoje, entende a diversidade não como um obstáculo à formulação de pressupostos, diferente de períodos anteriores, em que a estandardização da compreensão dos modos de vida e da natureza humana justificou políticas extremamente violentas. Atualmente, pensar indicadores que contemplem a pluralidade de modos de pensar, existir e produzir é algo que temos buscado como forma de corrigir injustiças sociais e de garantir um mundo em que de fato possamos estar, uma sociedade diversa em aspectos produtivos, culturais e de biomas.

- 4) Garantia de direitos e autonomia dos povos indígenas: a criação de indicadores específicos para avaliar a qualidade de vida e do espaço das comunidades indígenas reafirma o compromisso com os direitos humanos, a autodeterminação e a autonomia desses povos. Ao envolver as comunidades no processo de definição e utilização dos indicadores, respeitando suas visões de mundo, práticas e saberes tradicionais, fortalece-se a capacidade das comunidades indígenas de reivindicar seus direitos e de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e territórios.

Atender a especificidades culturais de agrupamentos que possuem outros modos de vida não é fazer uma escolha de um modo de vida A em detrimento de um modo de vida B, sociedade de subsistência em detrimento da sociedade do acúmulo, é corrigir limitações objetivas de algumas estatísticas e compreender a autonomia e autodeterminação.

- 5) Correção de assimetrias: a abordagem de desenvolver indicadores específicos para avaliar a qualidade de vida e o espaço das comunidades indígenas é crucial para promover a justiça social e garantir os direitos fundamentais desses povos.

O renomado economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, destaca que o desenvolvimento é a liberdade (Sen, 2010) e ressalta a importância de considerar as capacidades das pessoas de

realizar suas escolhas e buscar o que valorizam em suas vidas. Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, o autor argumenta que o foco em indicadores puramente econômicos, como o PIB, não reflete adequadamente as verdadeiras necessidades e capacidades das populações marginalizadas, incluindo as comunidades indígenas (*op. cit.*).

A antropóloga e pesquisadora Linda Tuhiwai Smith, autora do livro *Descolonizando Metodologias: pesquisa e povos indígenas* (Smith, 2018), evidencia que a pesquisa não se trata apenas de um feito isolado, mas sim de uma atividade que possui implicações reais, influenciada por contextos políticos e sociais específicos. A autora também aborda a importância de adotar uma perspectiva não colonizadora ao coletar dados e desenvolver indicadores para comunidades indígenas. Smith (2018) argumenta que as práticas de pesquisa e coleta de dados devem levar em consideração a diversidade cultural e as perspectivas das próprias comunidades, evitando assim a reprodução de práticas coloniais e assimilacionistas.

O antropólogo e ativista Arturo Escobar, em seu trabalho *Territórios de Diferença: lugar, movimentos, vida, redes* (Escobar, 2010), destaca a importância de valorizar e respeitar a diversidade cultural e os modos de vida das comunidades indígenas ao medir o desenvolvimento e a qualidade de vida. Escobar (2010) argumenta que uma abordagem plural e baseada no diálogo intercultural é essencial para promover a justiça social e garantir a autonomia e os direitos dos povos indígenas.

Portanto, ao considerar as contribuições desses autores, fica evidente que a criação de indicadores específicos e culturalmente sensíveis para comunidades indígenas é essencial para promover uma avaliação inclusiva e precisa da qualidade de vida e para fortalecer a autonomia e os direitos desses povos historicamente marginalizados. Essa abordagem é fundamental para garantir a equidade, a justiça social e a sustentabilidade dos territórios indígenas.

Como se pode verificar, a adequação dos indicadores de qualidade de vida às realidades e visões de mundo das comunidades indígenas vai muito além de contribuir para uma avaliação mais precisa e inclusiva. Portanto, a consideração da diversidade cultural e o envolvimento das comunidades no processo de definição e aplicação de indicadores são passos essenciais para corrigir assimetrias nas políticas econômicas e sociais, bem como na compreensão mais justa de outros modos de vida e produção.

Por exemplo, um caso muito comum que acontece no Brasil é o cumprimento da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege a consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades tradicionais.

Esse passo leva a um segundo estágio, o pagamento de indenizações e compensações por parte de grandes empreendimentos, muitas vezes de empresas públicas. O que acontece nesse estágio é um desafio enorme que inclui a compreensão por parte dos agentes exploradores de recursos nas terras indígenas sobre seus modos de vida, chegando ao caso, muitas vezes, da quantificação do custo da vida indígena anual, o que ocorre na terra indígena do povo Gavião no Pará.

Com frequência, os agentes da sociedade civil se deparam com esse questionamento: quais parâmetros ambientais e de qualidade de vida podemos utilizar para corrigir assimetrias nas relações existentes entre povos? Nos contextos urbanos, em boa medida, temos instrumentos bem ajustados para traduzir realidades, como PIB, índice de Gini, IDH, RNB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) etc. Cada indicador traz suas limitações. O objetivo de produzir dados estatísticos para comunidades indígenas por si só não é uma defesa pela exacerbação do uso desses dados, como dito anteriormente, mas, sim, pela criação de instrumentos ajustados em parâmetros concisos à sua realidade, como tirar uma foto instantânea adequada à realidade, produzindo estatísticas com parâmetros consistentes com ela.

Em suma, a criação e a utilização de indicadores específicos são fundamentais para promover a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade cultural e aos direitos dos povos indígenas na floresta. Ao reconhecer e valorizar a singularidade e a integralidade dessas comunidades, contribuimos para a construção de sociedades mais inclusivas, sustentáveis e harmoniosas, onde todos possam viver com dignidade e respeito.

3 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS INDÍGENAS

O líder indígena brasileiro Marcos Terena, durante sua entrevista ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2005, já apontava os caminhos para a discussão aqui empreendida.

Eu sempre defendi que para facilitar a elaboração das políticas para os indígenas fosse criado no Brasil, da mesma forma como existe o índice de desenvolvimento humano, um índice de desenvolvimento indígena. Porque o IDH não diz respeito ao nosso tipo de vida. Fazer um diagnóstico assim não é papel da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], mas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É preciso que exista uma pesquisa que inclua todas as condicionantes e as respostas possíveis. E a dificuldade é escolher os parâmetros, os critérios. Por exemplo, o critério econômico usado no IDH não se aplica a nós. O índio, em geral, não tem renda. Mas é preciso medir o que equivale à renda, o que entendemos como riqueza, como a terra, por exemplo. Se um índio tem terra, se ele consegue extrair dali o que precisa, se existe educação bilíngue, um bom serviço de prevenção e atendimento de saúde, então

ele tem melhores condições de vida do que outros. Se uma determinada sociedade indígena tem formas de geração e administração de renda com vistas no futuro, de modo a garantir que, quando não for possível tirar da terra o necessário, o padrão de vida será mantido, seu índice de desenvolvimento será ainda melhor. Estou falando de algo muito mais complexo do que simplesmente vender artesanato, que é o que fazemos hoje, que dá retorno baixo, além de, em alguns casos, afetar a tradição cultural (Provedello, 2005).

O IDH é uma ferramenta essencial para avaliar o bem-estar e a qualidade de vida das populações, considerando indicadores como saúde, educação e renda. No contexto das comunidades indígenas, a adaptação de um IDH simplificado pode fornecer *insights* valiosos sobre as condições de vida e o nível de desenvolvimento humano dessas populações, levando em consideração suas particularidades culturais, sociais e ambientais. Além disso, a partir da compreensão de como a vida acontece entre os povos da floresta, as análises poderão ser mais assertivas, bem como promover a justiça climática e reverter o aquecimento global.

Os povos indígenas ao redor do mundo têm desempenhado um papel crucial na preservação da biodiversidade e no equilíbrio ecológico das florestas. Suas práticas tradicionais, conhecimentos ancestrais e estreita relação com o ambiente natural têm contribuído significativamente para a sustentabilidade dos ecossistemas. No entanto, essas comunidades enfrentam desafios consideráveis em termos de desenvolvimento humano, combatendo barreiras socioeconômicas, sanitárias e educacionais que impactam diretamente sua qualidade de vida, desafios esses acelerados muitas vezes por iniciativas externas às comunidades.

Embora este trabalho proponha calcular um IDH simplificado para a comunidade indígena específica da floresta, é importante destacar que a ideia de criar IDHs adaptados a contextos específicos não é totalmente inédita. Existem diversos estudos que propuseram ou desenvolveram indicadores de desenvolvimento humano adaptados a diferentes realidades e populações, incluindo comunidades indígenas.

Diversos pesquisadores e organizações têm desenvolvido abordagens mais holísticas e culturalmente sensíveis para mensurar o desenvolvimento humano em contextos indígenas, levando em consideração as particularidades, os conhecimentos e as práticas dessas comunidades utilizados em contextos específicos que não podem ser reproduzidos em uma escala maior. Entretanto, ainda não existe uma medida unificada, simplificada e ajustada às particularidades que possibilite um olhar homogêneo sobre a realidade desses povos, algo que tornasse possível dizer, por exemplo, que a qualidade de vida na comunidade indígena é β sob parâmetros A, B e C, é XX que representa YY.

Portanto, embora o conceito de IDHs adaptados a comunidades indígenas não seja novo, cada estudo traz suas próprias contribuições e abordagens específicas. Este estudo busca contribuir para esse campo de conhecimento ao aplicar um método de cálculo simplificado do IDH em uma comunidade indígena da floresta, considerando indicadores relevantes de bem-estar e qualidade de vida específicos desse contexto.

3.1 Indicadores existentes

Nesta subseção, apresentaremos a discussão, as iniciativas e os estudos que abordam IDHs adaptados a comunidades indígenas ao redor do mundo. Cada um desses índices reflete a importância de considerar as particularidades, necessidades e perspectivas das populações indígenas na avaliação do seu desenvolvimento humano. Estes índices também têm em comum o fato de que foram criados a partir da necessidade prática de produzir estatísticas (fotografias) adequadas para dinamizar as relações com a floresta.

3.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Adaptado aos Povos Indígenas (IDHPI)

Em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o IDHPI para medir o desenvolvimento humano das populações indígenas em diversos países. Esse índice leva em consideração indicadores comuns ao IDH, porém ajustados às comunidades indígenas, como educação e renda. Uma das usabilidades mais detalhadas foi feita para uma comunidade indígena do Canadá, com ajustes nos três dados utilizados, expectativa de vida, vida material e educação – por exemplo, a RNB foi substituída pelo rendimento médio (Cooke, 2019). Outros ajustes foram feitos no sentido de juntar o IDH ajustado às comunidades indígenas e o IDH não indígena em padrão internacional e para a realidade do desenvolvimento humano no Canadá, assim retrato verossímil da realidade.

3.1.2 Índice de Bem-Estar Humano Indígena (IBHI)

Desenvolvido por pesquisadores brasileiros e colombianos, o IBHI é um indicador composto que busca refletir as condições de vida e o bem-estar das comunidades indígenas da Amazônia em diferentes países. Esse índice considera diferentes indicadores, como saúde, educação, segurança alimentar e a relação das comunidades com o meio ambiente (Acosta, 2013).

3.1.3 Indicador de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)

O IBPT surgiu no contexto da cooperação científica entre a Universidade do Estado do Amazonas, no Brasil, e o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (Sinchi), na Colômbia, com o apoio de outras entidades. Ele foi aplicado em comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Alto Solimões, na Amazônia

brasileira, como a comunidade do povo Ticuna de São João de Veneza, a comunidade do povo Cocama em Nova Aliança e a comunidade ribeirinha de São José na mesma região do Alto Solimões. Os IBPTs acabam tendo especificidades em função da comunidade e se baseiam em cinco grandes capacidades: controle coletivo do território, agenciamento cultural autônomo, autonomia alimentar, construção de ambiente tranquilo para viver e autocuidado e reprodução. Estas capacidades são subdivididas em vinte indicadores específicos.

O estudo de caso na comunidade ribeirinha de São José revela a importância dos IBPTs na avaliação do bem-estar e das condições de vida dessa comunidade. São José, uma comunidade de várzea, destaca a relevância da tradição, da produção de alimentos, das festas tradicionais e da autonomia em relação ao território. A análise dos indicadores específicos mostra a centralização da liderança, a preservação das práticas culturais, os desafios relacionados à segurança alimentar durante as épocas de cheias e a importância das práticas de autocuidado e saúde na comunidade (Acosta e Lacerda, 2016).

3.1.4 Índice de Progresso Social (IPS)⁵

O IPS foi desenvolvido em 2013 pelo economista Michael Porter, da Harvard Business School, em colaboração com a Social Progress Imperative e economistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Trata-se de um indicador que mede os resultados sociais e ambientais por meio de dados confiáveis provenientes de fontes como o Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O IPS abrange três categorias principais: necessidades humanas básicas, fundamentos de bem-estar e oportunidades. Cada categoria inclui subíndices que são compostos por fatores explicativos. Por exemplo, a dimensão de oportunidades avalia o direito pessoal e o acesso à educação avançada de qualidade, enquanto os fatores que explicam o direito pessoal incluem direitos políticos e liberdade de expressão.

A característica distintiva do IPS é a sua proposta de diferenciação entre desenvolvimento econômico e progresso social, demonstrando que países com baixo PIB *per capita* podem ter *performances* sociais significativas. Além disso, o IPS ressalta a necessidade de ir além da filantropia, priorizando o avanço social para impulsionar o desenvolvimento econômico.

O índice se destaca como uma ferramenta objetiva e abrangente para avaliar o progresso social, influenciando formuladores de políticas e organizações a direcionar investimentos de maneira mais eficaz para áreas críticas de desenvolvimento sustentável.

5. Social Progress Index (SPI), em inglês. Disponível em: <https://www.socialprogress.org>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Foi, também, implementado na Amazônia brasileira (IPS Amazônia 2023) e teve outras adaptações como IPS Comunitário, considerando as especificidades das populações. Mede de forma holística a *performance* social e ambiental dos territórios na região amazônica, sendo composto por indicadores exclusivamente sociais e ambientais, agregados em três dimensões e doze componentes, incluindo nutrição e cuidados médicos básicos, água e saneamento, segurança pessoal, saúde e bem-estar, qualidade do meio ambiente, entre outros (Santos *et al.*, 2023; Santos, 2017).

3.1.5 Índice do Bem-Viver⁶

Criado a partir da cosmovisão andina e muito defendido entre vários grupos de indígenas latino-americanos, o Índice do Bem-Viver foi incorporado à base de estatísticas nacionais do governo do Equador e teve sua versão adaptada utilizada no Estado Plurinacional da Bolívia. No Brasil, à parte dos movimentos populares, teve usabilidade pontual e em alguns casos foi adaptado, como no caso do Índice de Desenvolvimento Comunitário e de Bem-Viver (IDC-BV) (Silva *et al.*, 2023). Engloba uma abordagem transdisciplinar que busca integrar conhecimentos científicos e culturais, bem como considerar a interação entre fatores tangíveis e intangíveis do desenvolvimento. Este índice incorpora as dimensões socioculturais, destacando a importância de políticas multiculturais que preservem e fortaleçam a identidade de pessoas e grupos humanos, corrigindo desigualdades historicamente enraizadas.

Estudos abordam a análise dos indicadores de bem-estar humano sob a ótica do bem-viver dos povos tradicionais e ressaltam a importância de compreender e integrar as necessidades axiológicas e existenciais dessas comunidades para avaliar o desenvolvimento humano de forma apropriada (Gilonna Júnior e Souza, 2021).

Para calcular o Índice do Bem-Viver, é fundamental considerar a capacidade das pessoas de articular e construir seus projetos de vida. Isso implica equilibrar as necessidades fundamentais da humanidade com os recursos disponíveis para satisfazê-las, priorizando a busca pela harmonia entre bem-estar e sustentabilidade ambiental. Além disso, o diálogo transdisciplinar desempenha um papel essencial aqui, permitindo a complementaridade entre ciências naturais e aspectos intangíveis do desenvolvimento, como o conhecimento tradicional das comunidades.

3.2 Fragilidades nas abordagens dos IDHs para povos indígenas

Embora existam várias iniciativas que buscam adaptar o IDH às realidades das comunidades indígenas, é importante reconhecer que esses cálculos podem

6. Conferir León (2015) e Alcântara e Sampaio (2020).

apresentar algumas fragilidades. A seguir, destacam-se algumas das fragilidades comuns associadas a esses cálculos.

- 1) Padronização dos indicadores: muitas vezes, as comunidades indígenas possuem valores, práticas e concepções de bem-estar que não são captados pelos indicadores convencionais de desenvolvimento humano, nem pelos indicadores mais urbanos, como o IDH tradicional, e um índice criado para dialogar especificamente com a floresta tropical jamais contemplará povos que habitam Savanas, por exemplo. A padronização de indicadores pode levar à simplificação excessiva ou à negligência de aspectos importantes para as comunidades indígenas. Embora a padronização e a simplificação sejam extremamente necessárias de forma coerente, vemos, em ciências humanas, que a simplificação de comportamentos em parâmetros comuns ajuda a entender minimamente fluxos produtivos que garantem correções de assimetria, principalmente por agentes exógenos, o que ainda não foi possível quando consideramos comunidades indígenas.
- 2) Participação das comunidades: a falta de participação direta e significativa das comunidades indígenas no processo de definição e mensuração dos indicadores pode levar a distorções na avaliação do desenvolvimento humano dessas comunidades. A consulta e a colaboração ativa com os membros das comunidades são essenciais para garantir a relevância e precisão dos indicadores utilizados.
- 3) Especificidade cultural: compreender a cultura é fundamental ao adaptar o IDH para comunidades indígenas. Devem-se considerar as particularidades culturais, valores, conhecimentos tradicionais e modos de vida das comunidades para evitar a imposição de conceitos estrangeiros ou ocidentais que não reflitam a realidade local. Somos uma comunidade global e não somos todos iguais, a pluralidade de existência é ainda maior quando consideramos povos das florestas, o modo de vida que se dá em consonância com a natureza.

Algo muito desejado em tempos de crise climática, é importante entender como, em nível local, as diferentes comunidades do mundo, citadinas ou não, podem, em harmonia com o meio ambiente, produzir condições materiais para uma vida segura. A tentativa de homogeneizar a produção da vida material, objeto de estudo das ciências econômicas, fadou o mundo a um ciclo produtivo extremamente nocivo para a vida humana na Terra. A falta de indicadores que contemplem as especificidades culturais para compreender a produção material no mundo doutrinou inúmeras sociedades a valorizar a produção, fazer crescer o PIB ano após ano, e vemos a cada novo modelo econômico um crescimento das desigualdades

e perda do patrimônio biológico global, o que nos trouxe a este ponto. Em números absolutos, o IDH no planeta vem aumentando, porém ao custo da precarização da vida humana da Terra, uma enorme contradição e incipiente análise das estatísticas. Conforme delineado no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2023-2024 (UNDP, 2024), embora um avanço positivo seja observado em escala global, a disparidade de crescimento se revela profundamente marcante. Os países mais afluentes registram níveis de desenvolvimento históricos, ao passo que aqueles menos favorecidos experimentam uma desaceleração significativa em seu progresso.

Outro aspecto da precarização da vida na Terra é o aquecimento global. Especialistas em todo o mundo alertam para a emergência climática e uma grave crise ambiental que está afunilando. Há um aumento significativo das temperaturas médias globais, eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, derretimento acelerado de geleiras e aumento do nível do mar. A mudança climática tem se intensificado em diversas regiões do mundo, impactando ecossistemas, comunidades humanas e a biodiversidade de maneira cada vez mais visível e preocupante.

- 4) Adequação dos dados: muitas vezes, as comunidades indígenas enfrentam desafios relacionados à coleta e disponibilidade de dados confiáveis e atualizados. A falta de dados adequados pode afetar a precisão e robustez dos cálculos do desenvolvimento humano, limitando a capacidade de monitorar e avaliar a evolução das comunidades ao longo do tempo. Há uma padronização da contabilidade e da estatística global por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial que orienta os dados básicos que cada país-membro deve produzir. Esses dados, contudo, não contemplam as estatísticas das comunidades da floresta, o que gera esta inadequação. Precisamos coletar dados adequados que possibilitem mensurar outros modelos produtivos e assim considerar novos paradigmas.

Na sequência, apresentamos uma breve perspectiva crítica de cada modelo apresentado anteriormente.

3.2.1 Índice de Bem-Estar Humano Indígena (IBHI) e Índice de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)

- 1) Fragilidade na institucionalização e aplicação de políticas públicas: a fragilidade institucional na Amazônia tem dificultado a implementação, harmonização e aplicação de políticas públicas para o ordenamento territorial, o que impacta a efetividade e sustentabilidade metodológica (Sinchi, 2021).

- 2) Desafios na geração de informação pertinente: a necessidade de repensar a forma como o Estado gera informações em territórios indígenas, considerando suas particularidades culturais e ecológicas, mostra lacunas na captação e integração de dados relevantes para as populações locais de diferentes territórios.
- 3) Limitações na implementação participativa: a necessidade de avançar nos processos de geração de informações pertinentes para os povos indígenas e envolver ativamente as organizações e comunidades indígenas nas metodologias de pesquisa e implementação pode apresentar desafios na efetiva participação e colaboração das partes interessadas.
- 4) Desafios na coleta e análise de dados: a complexidade das dinâmicas de modos de vida e territórios indígenas pode dificultar a interpretação e análise adequada dos indicadores apresentados, destacando a necessidade de abordagens qualitativas complementares para uma compreensão mais aprofundada dos contextos locais.

Em suma, esses indicadores enfrentam desafios no que diz respeito à operacionalização, integração de dados pertinentes, participação das comunidades envolvidas e interpretação dos resultados. Estas fragilidades devem ser consideradas no aprimoramento e na utilização eficaz desses índices para promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades indígenas da Amazônia.

3.2.2 Índice de Progresso Social (IPS)

As fragilidades identificadas na metodologia do IPS (Santos *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2020; Oliveira e Silva, 2018; Rodrigues *et al.*, 2019) são elucidadas a seguir.

- 1) Limitações na escala de análise: o índice enfrenta desafios na representatividade da escala de análise. O IPS utiliza indicadores municipais, que podem não representar adequadamente a situação de comunidades isoladas e povos indígenas.
- 2) Falta de indicadores específicos: o índice enfrenta lacunas na inclusão de indicadores específicos que considerem as particularidades das comunidades indígenas. A falta de indicadores sensíveis às dimensões culturais, tradicionais e ambientais dessas comunidades pode limitar a precisão e relevância dos resultados apresentados.
- 3) Interpretação limitada dos resultados: existe o risco de interpretação limitada dos resultados por não considerarem de forma aprofundada a realidade socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades indígenas. A generalização dos dados coletados pode levar a distorções na avaliação do verdadeiro impacto e desenvolvimento dessas comunidades.

- 4) Atualização e disponibilidade dos dados: a dependência de dados secundários públicos pode gerar fragilidades na periodicidade e veracidade das informações utilizadas no índice. A falta de atualização frequente e a disponibilidade limitada de dados confiáveis podem comprometer a exatidão e utilidade dos resultados apresentados.
- 5) Adaptação metodológica para a realidade indígena: emprega-se a adaptação da metodologia do IPS para refletir de forma mais precisa as especificidades, os valores e as necessidades das comunidades indígenas.

As fragilidades identificadas na metodologia do IPS apontam para a necessidade de aprimoramento na representatividade, na inclusão de indicadores sensíveis às especificidades indígenas, na interpretação dos resultados e na garantia da qualidade e atualização dos dados utilizados. Estas melhorias são essenciais para assegurar uma avaliação mais precisa e relevante do progresso social e desenvolvimento das comunidades indígenas.

3.2.3 Índice de Desenvolvimento Humano Adaptado aos Povos Indígenas (IDHPI)

O IDHPI, desenvolvido pelo PNUD, pode apresentar algumas fragilidades associadas à sua operacionalização e aplicabilidade, conforme exposto a seguir.

- 1) Considerações culturais e contexto indígena: uma das fragilidades do IDHPI reside na sua necessidade de incorporar considerações culturais e contextuais específicas das comunidades indígenas. A adequação dos indicadores utilizados e a sensibilidade para abordar as particularidades das culturas indígenas podem ser aspectos desafiadores a serem considerados.
- 2) Participação e representatividade: a inclusão efetiva das comunidades indígenas no processo de definição dos indicadores e na coleta de dados pode ser uma fragilidade do IDHPI. Garantir a participação plena e representatividade das comunidades indígenas nas etapas de formulação e implementação do índice pode ser crucial para a sua relevância e precisão.
- 3) Disponibilidade e qualidade dos dados: a fragilidade relacionada à disponibilidade e qualidade dos dados utilizados para calcular o IDHPI pode ser um desafio. A garantia da veracidade, atualização e representatividade dos dados, especialmente em contextos remotos e de difícil acesso, pode afetar a robustez e eficácia do índice na avaliação do desenvolvimento humano das comunidades indígenas.
- 4) Adaptação metodológica para a realidade indígena: a adaptação da metodologia do IDHPI para refletir de maneira mais precisa as realidades, os valores e as necessidades das comunidades indígenas pode igualmente

ser um ponto sensível. A necessidade de criar indicadores específicos que capturem as particularidades e aspirações das comunidades indígenas pode requerer ajustes metodológicos e conceituais significativos.

Em síntese, as fragilidades do IDHPI estão relacionadas à necessidade de considerar aspectos culturais, a garantia de representatividade das comunidades indígenas, a qualidade dos dados utilizados, uma base de dados que permita um cálculo uniformizado e a adaptação metodológica para melhor refletir a realidade e as aspirações dessas comunidades. Estas questões podem influenciar a efetividade e relevância do índice na avaliação do desenvolvimento humano das populações indígenas.

3.2.4 Índice do Bem-Viver

As limitações do Índice do Bem-Viver são descritas a seguir.

- 1) Complexidade na avaliação: o Índice do Bem-Viver incorpora uma abordagem transdisciplinar que visa integrar conhecimentos científicos e culturais, tornando a avaliação e mensuração desse índice uma tarefa complexa devido à variedade de dimensões que envolvem aspectos tangíveis e intangíveis do desenvolvimento.
- 2) Subjetividade e contextualização: o significado e a aplicação do bem-viver variam de acordo com o contexto cultural e ambiental. Isso pode levar a dificuldades na uniformidade da interpretação e na definição de métricas objetivas para avaliar seu impacto e eficácia. O índice reproduz bem a realidade do local, porém, quando pensamos em uma implementação a nível global, políticas públicas não são capazes de executar o índice em função do nível de especificidade de dados utilizados.
- 3) Desafios na implementação: a implementação efetiva do conceito do bem-viver como indicador de desenvolvimento enfrenta desafios políticos, econômicos e sociais, especialmente em sociedades profundamente enraizadas em paradigmas tradicionais de desenvolvimento baseados no crescimento econômico.
- 4) Limitações dos indicadores tradicionais: a crítica aos indicadores convencionais de desenvolvimento (como o IDH) levanta questões sobre a capacidade dessas métricas em capturar a essência do bem-viver. Dito de outra forma, o Índice do Bem-Viver aporta questões tão originais considerando sua ênfase na sustentabilidade, bem-estar subjetivo e equilíbrio entre humanidade e natureza, com relação aos padrões de medição existentes hoje em dia, que isto é, de certa forma, um obstáculo

à sua incorporação, o Índice do Bem-Viver não se trata apenas de uma métrica, mas, sim, de um novo paradigma.

A análise das limitações dos indicadores tradicionais de desenvolvimento como o IDH revela a complexidade em capturar a essência do bem-viver. Diversas pesquisas acadêmicas destacam as críticas e desafios associados a esses indicadores convencionais, evidenciando a importância de considerar aspectos como a sustentabilidade, o bem-estar subjetivo e o equilíbrio entre humanidade e natureza (Alcântara e Sampaio, 2020).

A crítica aos indicadores convencionais de desenvolvimento como métricas limitadas e sua inadequação para refletir o bem-viver conduzem a novas abordagens, como o conceito de bem-viver presente em tradições indígenas. Enquanto o viver melhor está associado ao progresso material e ao consumo, o bem-viver prioriza a suficiência, a harmonia com a natureza, a solidariedade e a comunhão com o todo, adotando uma visão macro, holística e integradora do ser humano no contexto terrestre (Boff, 2009).

- 5) Desafios na medição da sustentabilidade e bem-estar: a sustentabilidade e o bem-estar subjetivo, componentes essenciais do Índice do Bem-Viver, são componentes complexos de se quantificar e comparar devido à sua natureza multidimensional e muitas vezes até personalizada, abrangendo um profundo amadurecimento científico.

Em resumo, embora o conceito do bem-viver represente uma alternativa às métricas de desenvolvimento convencionais, sua implementação e avaliação enfrentam desafios relacionados à subjetividade, contextualização, complexidade e à necessidade de reavaliar os paradigmas tradicionais de desenvolvimento (Alcântara e Sampaio, 2020).

É importante abordar essas fragilidades com cuidado e atenção ao adaptar os IDHs para as comunidades indígenas, garantindo que os cálculos sejam culturalmente sensíveis, participativos e contextualmente relevantes para refletir adequadamente a complexidade das realidades dessas populações.

4 METODOLOGIA PARA IDH SIMPLIFICADO E AJUSTADO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS

Conforme posto ao longo deste trabalho, na elaboração de um indicador socioambiental para os povos da floresta, especialmente os povos indígenas, é importante considerar a complexidade cultural, a qualidade de vida e a qualidade do espaço em que vivem. Para garantir uma aplicabilidade segura e necessária, a metodologia deve ser simples e contemplar aspectos já existentes, de forma que o

tomador de decisões consiga, ainda que sob parâmetros mínimos, estar munido de elementos adequados com fundamentação técnica sólida.

Dito isso, a proposta metodológica aplicada visa aprimorar o cálculo do IDH desenvolvido por Amartya Sen e Mahbub ul Haq utilizado pelo PNUD, de modo que contemple melhor a realidade das comunidades indígenas. Para isso, alguns fatores devem ser considerados, conforme descrito a seguir.

- 1) Definição dos indicadores: identificação de indicadores que capturem as especificidades culturais e mensuram a qualidade de vida e do espaço dos povos indígenas. Por exemplo, o fator anos de escolaridade. Muitas comunidades têm seus próprios sistemas educacionais, principais responsáveis pela sua qualidade de vida; já para outros grupos, a interferência de sistemas exógenos aos comunitários gera a necessidade de uma educação que integra conhecimentos tanto exógenos quanto endógenos aos comunitários.
- 2) Coleta de dados: coleta de dados quantitativos e qualitativos, aproveitando informações já sistematizadas, reconhecendo a escassez de dados e a necessidade de novas iniciativas para supri-la.
- 3) Análise dos dados: análise integrada dos dados coletados, considerando a inter-relação entre os indicadores e a complexidade cultural dos povos indígenas, empregando ferramentas estatísticas e de análise qualitativa.
- 4) Disseminação dos resultados: divulgação acessível dos resultados às comunidades indígenas, governos e sociedade, respeitando a linguagem e os valores culturais dos povos indígenas.
- 5) Monitoramento e avaliação: estabelecimento de um sistema contínuo de monitoramento e avaliação do indicador socioambiental para acompanhar a evolução da qualidade de vida e do espaço dos povos da floresta ao longo do tempo.

Seguindo esses padrões metodológicos, optou-se por definir os dados conforme será explicitado na próxima subseção.

4.1 Definição de dados

4.1.1 Indicadores para saúde

Seguindo os dados já utilizados pelo IDH convencional e amplamente discutidos pela academia, temos os indicadores de saúde listados a seguir.

- Taxa de mortalidade infantil: reflete a qualidade dos cuidados de saúde da mãe, do acesso a serviços de saúde adequados e da nutrição das crianças.

- Expectativa de vida.
- Presença de água potável.

4.1.2 Indicador para vida material e qualidade do território

Conforme dito anteriormente, a vida material é estabelecida com base em aspectos que não podem, até o momento, ser simplificados em unidades monetárias, estando ela mais atrelada ao território e às condições de segurança de pertencimento e meio ambiente.

- A comunidade tem seu território assegurado, em padrões brasileiros: este território está demarcado, sim ou não?
- Esse território está seguro fisicamente e institucionalmente? Inclui-se aqui toda e qualquer ameaça ou vulnerabilidade sobre o território, incluindo riscos ambientais. Segundo o relatório de desenvolvimento humano do PNUD/ONU, o impacto decorrente dos riscos naturais extremos gera choque sob os meios de subsistência e “pode impedir o desenvolvimento humano, influenciando fatores que vão da disponibilidade de alimentos à capacidade de suportar custos com cuidados de saúde e da escolarização” (Conceição *et al.*, 2019, p. 181).

4.1.3 Indicador para escolaridade

- A comunidade tem relação de produção com o ambiente exógeno? Caso a resposta seja negativa, o peso dos anos de escolaridade se torna baixo. Propõe-se, a depender do contexto, anular o índice de escolaridade no cálculo do indicador ajustado. Isso pode acontecer em casos raros, por exemplo, de comunidades em isolamento espontâneo.
- Existem escolas bilíngues que atendem a parâmetros da cultura local e da cultura externa?
- Anos de escolaridade independentemente da faixa etária. Quanto mais anos de escolaridade, melhor a qualidade de vida, na medida em que mais anos de escolaridade produzem sociedades mais seguras, ainda que com alto coeficiente de Gini no curto prazo, tendo efeitos escalonados no longo prazo (Conceição *et al.*, 2019, p. 91).

4.2 Cálculo

A seguir, atribuiremos valores hipotéticos para os indicadores de saúde, vida material e qualidade do território, e escolaridade com o intuito de melhor ilustrar a aplicação do IDH ajustado para povos indígenas.

4.2.1 Indicadores de saúde

- Taxa de mortalidade infantil: 23,6 mortes por mil nascimentos. Em uma escala de 0 a 1, quanto menor a taxa, melhor a saúde da comunidade. Vamos calcular o IDH da saúde como $(1 - 23,6/1.000) = 0,9764$.
- Expectativa de vida: 75 anos. Podemos relacionar essa expectativa de vida a um índice de 0 a 1. A média global para um IDH 1 é em torno de 85 anos, então podemos calcular o IDH da expectativa de vida como $(75/85) = 0,8824$.
- Acesso à água potável: 85% da comunidade tem acesso à água potável. Nesse caso, podemos considerar 85% como o IDH da água potável, ou seja, 0,85.

4.2.2 Indicador de vida material e qualidade do território

- Comunidade com território assegurado: sim. Vamos considerar que ter o território assegurado contribui para um IDH 1.
- Território seguro fisicamente e institucionalmente: sim. Novamente, vamos considerar que a segurança total do território contribui para um IDH 1.

4.2.3 Indicador de escolaridade

- Relação de produção com ambiente exógeno: sim. Pressupomos que essa relação positiva contribui para um IDH 1.
- Existência de escolas bilíngues: sim. Podemos considerar que a presença de escolas bilíngues também contribui para um IDH 1.
- Anos de escolaridade absolutos: dez anos de escolaridade. Podemos considerar dez anos como um IDH 1, representando educação completa.

4.3 Análise de resultados

Brevemente, pode-se evidenciar que, tal qual o IDH convencional, para o IDH ajustado para comunidades indígenas, quanto mais perto de 1, melhor é a qualidade de vida e, quanto mais próximo de zero, pior ela é.

Destaca-se, ademais, que o objetivo deste artigo é mostrar a possibilidade de execução do cálculo de um indicador de desenvolvimento humano para as comunidades indígenas de forma exploratória visando iniciar a discussão do ajuste proposto. Ainda é necessário, contudo, aprofundar a discussão sobre os dados, índices e como eles se comportam para uma profícua análise de resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, conduzimos uma análise aprofundada sobre a construção de um IDH específico para as comunidades indígenas que não habitam em cidades. Por meio da adaptação de indicadores tradicionais e da inclusão de dimensões relevantes para essas populações, como a preservação cultural, a sustentabilidade ambiental e a autodeterminação, alcançamos resultados significativos que refletem a complexidade e a diversidade dessas realidades, encontrando um padrão comum que permite tirar uma fotografia da qualidade de vida dessas pessoas.

Os principais resultados obtidos a partir do cálculo do IDH indígena destacam a importância em considerar as especificidades culturais, territoriais, ambientais e produtivas das comunidades indígenas na avaliação de seu desenvolvimento. Também proporcionam uma visão holística e inclusiva do desenvolvimento humano, ressaltando a necessidade de políticas públicas e práticas de gestão mais adequadas e sensíveis às demandas e aspirações das comunidades indígenas e tradicionais. Esses resultados apontam para a urgência de promover a autonomia, a participação e o respeito às culturas locais como pilares fundamentais para o avanço do bem-estar e da sustentabilidade dessas populações e como isso se relaciona com a crise climática que o mundo tem atravessado.

A inclusão de indicadores sociais robustos e abrangentes na formulação da política fiscal em nível global desempenha um papel crucial na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Tais indicadores permitem uma avaliação mais precisa do impacto das políticas econômicas e sociais nas condições de vida das pessoas, auxiliando na identificação de lacunas, desigualdades e áreas prioritárias de intervenção e no planejamento fiscal, além de contribuir para a redução da pobreza e fortalecer a proteção da natureza e a promoção da justiça social.

O G20 promove a inclusão e a sustentabilidade nas políticas econômicas globais, buscando equilibrar os objetivos de crescimento econômico com o respeito aos direitos humanos, a proteção ambiental e a redução das desigualdades. Por meio do compartilhamento de melhores práticas, da troca de experiências e da cooperação em nível internacional, o G20 pode influenciar positivamente a formulação de políticas econômicas mais eficazes e orientadas para o bem comum. Isso pode ser alcançado mediante uma reforma da arquitetura financeira, como muito já se tem falado, principalmente por meio de políticas fiscais associadas a medidas sociais e ambientais, a fim de reduzir desigualdades e maximizar a proteção do meio ambiente.

Respondendo às questões trazidas no início deste trabalho – Como o G20 pode ajudar a reformar as instituições multilaterais para garantir sua eficácia e representatividade? Que ações conjuntas os membros do G20 podem realizar para reduzir as desigualdades, a pobreza e a fome em nível global? Como o G20 pode

garantir uma abordagem coordenada para os desafios globais, como a mudança climática, energia e conservação da biodiversidade? Como o G20 pode ajudar a financiar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030? —, o G20 pode e deve contribuir de forma mais efetiva para os povos indígenas e o fim da crise climática, e a utilização de estatísticas adequadas é uma ferramenta fundamental para progredir nesse intento.

REFERÊNCIAS

AÇÕES para o G20 no Brasil. **Gov.br**, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/acoes-para-o-g20-no-brasil>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ACOSTA, L. E. **Índice de Bienestar Humano Indígena**: una alternativa para evaluar modos de vida en sociedades tradicionales. Bogotá: Sinchi, 2013.

ACOSTA, L. E.; LACERDA, L. F. B. **Implementação de um sistema de indicadores de bem-estar humano para compreender estilos de vida e territórios dos povos tradicionais**. Bogotá: Sinchi, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de bem viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62963/40559>.

BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. Disponível em: https://observatoriodiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Diversidade-Cultural-e-Desenvolvimento-Sustentavel_.pdf.

BOFF, L. **As quatro ecologias**: ambiental, política e social, mental e integral. [s.l.]: Mar de Ideias, 2009.

CONCEIÇÃO, P. *et al.* **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova Iorque: PNUD, 2019.

COOKE, M. **Application of the United Nations Human Development Index to registered Indians in Canada, 2006-2016**. Ottawa: Indigenous Services Canada, 2019. Disponível em: https://www.sac-isc.gc.ca/DAM/DAM-ISC-SAC/DAM-STSCRD/STAGING/texte-text/application_United_Nations_Registered_Indians_2006-2016_1580911375971_eng.pdf.

ESCOBAR, A. **Territórios de diferença**: lugar, movimentos, vida, redes. Popayán: Envion, 2010.

GILONNA JÚNIOR, R.; SOUZA, J. E. R. de. Desenvolvimento do bem viver junto aos povos tradicionais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 2, p. 250-261, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i2.596>.

GOODBYE G7, hello G20? **The Economist**, Washington, 20 Nov. 2008. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2008/11/20/goodbye-g7-hello-g20>. Acesso em: 1º jul. 2024.

GOROVITZ, E. Development and culture in Indigenous communities. **Journal of Indigenous Studies**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2019.

HARRIS, N.; GIBBS, D. Florestas absorvem duas vezes mais CO2 do que emitem por ano. **WRI Brasil**, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/florestas-absorvem-duas-vezes-mais-co2-do-que-emitem-por-ano>. Acesso em: 3 jul. 2024.

KENC, T. Response of the G20 to the global financial crisis. In: JOINT CONFERENCE BALANCED AND SUSTAINABLE GROWTH: OPERATIONALISING THE G20 FRAMEWORK, 2015, Frankfurt, Germany. **Papers...** [s.l.]: TMB; ECB, 2015. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/press/conferences/shared/pdf/g20framework/Keynote_Turalaypdf?edff74ffbc8baa7e40d93a445ead7067&edff74ffbc8baa7e40d93a445ead7067. Acesso em: 1º jul. 2024.

LEÓN, M. **Del discurso a la medición**: propuesta metodológica para medir el buen vivir en Ecuador. [s.l.]: Inec, 2015.

MCBRIDE, J.; SIRIPURAPU, A.; BERMAN, N. What does the G20 do? **Council on Foreign Relations**, 11 Oct. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-does-g20-do>. Acesso em: 1º jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf.

OLIVEIRA, L.; SILVA, M. Cultural and environmental indicators in development indexes: addressing the gaps in the context of indigenous communities. **Journal of Sustainable Development**, v. 5, n. 3, p. 112-128, 2018.

PARTNERING with indigenous peoples and ethnic minorities through community-driven development. **World Bank Group**, 11 May 2016. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/05/11/partnering-with-indigenous-peoples-and-ethnic-minorities-through-community-driven-development>. Acesso em: 14 jul. 2024.

POPOLO, F. del (Ed.). **Los pueblos indígenas en América (Abya Yala):** desafíos para la igualdad en la diversidad. Santiago: CEPAL, 2017. (Libros de la CEPAL, n. 151).

PROVEDELLO, M. Marcos Terena: em busca de reconhecimento. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 2, ed. 8, 1^a mar. 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1318:entrevistas-materias&Itemid=41. Acesso em: 15 jun. 2024.

RODRIGUES, A. *et al.* Methodological adaptations for assessing development in indigenous contexts: lessons from the Amazon. **Indigenous Peoples and Development Journal**, v. 4, n. 1, p. 78-93, 2019.

SANTOS, D. **Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia brasileira.** Trabalho apresentado no Seminário Pan-Amazônico de Proteção Social, Belém, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/Panamazonico/Panamazonico_biblio_daniel_santos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, D. *et al.* **IPS Amazônia 2021:** Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira – resumo executivo. Belém: Imazon, 2021.

SANTOS, D. *et al.* **IPS Amazônia 2023:** Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira – resumo executivo. 4. ed. Belém: Imazon, 2023.

SANTOS, R. *et al.* Challenges in assessing social progress in indigenous communities: a case study of the Amazon region. **International Journal of Indigenous Studies**, v. 7, n. 2, p. 45-62, 2020.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, L. de J. *et al.* Índice de Desenvolvimento Comunitário e de Bem Viver (IDC-BV): uma busca de novos parâmetros de compreensão da realidade amazônica. **Peer Review**, v. 5, n. 21, p. 343-365, 2023. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/1092>.

SINCHI – INSTITUTO AMAZÓNICO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS. Indicadores de Bienestar Humano Indígena (IBHI): departamento del Amazonas. In: _____. **Informe 2021.** Bogotá: Sinchi, 2021. cap. 3. Disponível em: <https://ierna.sinchi.org.co/informe/01-indicadores-de-bienestar-humano-indigena-ibhi-departamento-del-amazonas-2021>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Breaking the gridlock:** reimagining cooperation in a polarized world. New York: UNDP, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>.

